

# “Combater o Crime na Europa”

Maio 27-28, 2010

Intervenção de Jessica de Grazia

Queria começar por vos dizer que foi com grande alegria que recebi o amável convite do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público de Portugal para proferir o discurso de abertura desta manhã. A conferência aborda temas que me são caros, e é para mim uma honra que os profissionais do sistema de justiça penal português entendam que a minha contribuição pode acrescentar valor aos seus conhecimentos. Tive a felicidade de ter o Dr. Ribeiro de Almeida como meu explicador – que me leccionou um curso intensivo sobre a Constituição e o direito portuguêses – e, se cometi erros na minha compreensão do vosso sistema, a culpa é da estudante e não do professor. Também gostaria de expressar a minha admiração pela competência dos tradutores, que têm em mãos a difícil tarefa de traduzir para português quer o inglês falado nos EUA na sua forma coloquial, quer o inglês arcaico da Constituição e das decisões do Supremo Tribunal dos EUA.

Tendo trabalhado com procuradores em muitas das democracias de todo o mundo, descobri que é irrelevante a língua que falam, se a cor das suas peles é escura, branca, amarela ou de um tom intermédio, se são ateus ou crentes, se prestam culto numa sinagoga ou vestem uma *burkha*; todos têm o mesmo objectivo: agir correctamente nos casos que lhes foram incumbidos.

O que significa agir correctamente? Todos eles pretendem que os crimes sejam investigados de forma eficaz. Eles, e os investigadores com quem trabalham, pretendem seguir as pistas onde quer que estas os levem. Querem acusar os culpados (não os inocentes!). Querem que as condenações sejam obtidas de forma justa, e que os juízes imponham sentenças adequadas ao crime e aos criminosos.

Em suma, querem fazer justiça, e é também isso que os cidadãos pretendem.

Também descobri que, em maior ou menor grau, todos os procuradores nas democracias são confrontados com os mesmos cinco obstáculos inter-relacionados.

1. Insuficiência de verba;
2. Instrumentos jurídicos inadequados;

3. Normas de processo penal intrincadas, que atrasam de forma pouco razoável a resolução dos processos;
4. Dificuldades em recrutar e conservar os melhores investigadores e advogados; e
5. Por último, mas não menos importante, a falta de apoio para a independência do exercício da acção penal. *Slide 1. Os Obstáculos.*

Hoje vou falar-vos principalmente sobre a forma como o sistema Americano enfrenta estes obstáculos, fazendo uma breve alusão aos sistemas do exercício da acção penal em Inglaterra e na sua antiga colónia sul-americana, a Guiana.

Abordarei os quatro primeiros obstáculos mas, sobretudo, falarei do princípio fundamental da independência do titular da acção penal.

Os especialistas em direito constitucional que se encontram nesta sala conhecem bem o sistema de acção penal americano, mas para os que não são especialistas nesta área é necessária uma explicação prévia. O sistema americano é particularmente confuso para os ingleses porque, muito embora se baseie no *common law* inglês, as instituições de justiça americanas separaram-se radicalmente do modelo inglês após a independência. Enquanto os ingleses construíram uma força policial sólida e independente, à qual também competia o exercício da acção penal, a antiga colónia inglesa construiu um serviço de acção penal sólido e independente, que também investigava.

Como sabem, os EUA são uma federação de 50 estados e cada estado tem o seu governador, legislatura e jurisdição (incluindo o seu próprio Supremo Tribunal). A lei estadual é aplicada por Procuradores Distritais (*District Attorneys*), conhecidos como procuradores locais, os quais são eleitos para representarem os seus condados. A cidade de Nova Iorque é constituída por cinco condados, de modo que tem cinco Procuradores Distritais.

Nos EUA, o mais importante departamento local de acção penal é o Departamento do Procurador Distrital de Manhattan; tem mais de 450 advogados e mais de 1000 funcionários administrativos, incluindo investigadores criminais especializados. Graças à sua localização no centro financeiro do país, possui uma vasta experiência na condução de investigações e no exercício da acção penal em casos transfronteiriços de grande complexidade. Daqui a pouco falarei das questões relativas ao financiamento, e poderão constatar o modo como o Departamento do Procurador Distrital de Manhattan utilizou um instrumento jurídico novo para, assim, auto-financiar o seu complexo movimento processual no combate aos crimes de colarinho branco e ao crime organizado.

O governo federal tem leis próprias e um sistema de justiça ligeiramente diferente. O direito federal é aplicado por 93 Procuradores dos EUA (*US Attorneys*), cada qual em representação de

um distrito que pode constituir a totalidade, ou parte de um estado. Por exemplo: a cidade de Nova Iorque, para além dos seus cinco Procuradores Distritais, tem dois Procuradores dos EUA. Estes respondem perante o Ministro da Justiça, um membro importante do gabinete do Presidente, que dirige o Departamento de Justiça - uma agência federal que combina as funções de um ministério da justiça e da administração interna, com mais de 100.000 funcionários e um orçamento anual de 46 biliões de dólares. *Slide 2.* O Departamento de Justiça.

Ao contrário dos Procuradores Distritais, os Procuradores dos EUA e o Ministro da Justiça são nomeados pelo Presidente, a conselho e com o consentimento do Senado. Este sistema de nomeação foi estabelecido pela Constituição; é fundamental para a independência do exercício da acção penal, e hoje falar-vos-ei sobre o modo como a Administração Bush tentou alterar este sistema naquilo que constituiu uma tentativa para minar a independência do Departamento de Justiça.

Não tenho qualquer dúvida que todos os procuradores presentes nesta sala sabem até que ponto a falta de recursos restringe a sua actuação. Estou em crer que muitos de vós pensam que isso não constitui um problema para os procuradores americanos, visto que os EUA são um país rico. Na realidade, os procuradores americanos também se debatem com problemas de recursos. Tal como acontece em qualquer outro país, os seus orçamentos variam dependendo do estado da economia. Em meados da década de 70 do século XX, a cidade de Nova Iorque – tal como hoje acontece com a Grécia – estava à beira da bancarrota, mas, ao contrário da Grécia, não tinha nenhum salvador. O Presidente (um Republicano) não queria conceder-lhe ajuda financeira porque Nova Iorque é um bastião Democrata. Todos os departamentos da cidade tiveram de apertar o cinto, e o Departamento do Procurador Distrital de Manhattan não constituiu excepção. Procedeu-se a um racionamento dos materiais mais simples – papel, canetas, máquinas de fotocopiar – e, devido à falta de dinheiro que permitisse pagar os custos de alojamento e deslocação de testemunhas vindas de outros estados, os casos que implicavam crimes graves foram abandonados.

Ao contrário daquilo que acontece com os procuradores portugueses, os procuradores americanos, sujeitos a diversos mecanismos de responsabilidade, têm um poder discricionário absoluto relativamente a quem pretendem acusar, e de que crimes podem acusar, e utilizam este poder discricionário para moldar a política de aplicação da lei, incluindo a definição das prioridades do exercício da acção penal.

Durante a crise financeira, o Departamento do Procurador Distrital de Manhattan estabeleceu a segurança pública como prioritária e concentrou a sua actuação nos crimes violentos – homicídio, violação, roubo, assalto, tráfico de droga urbano – em detrimento do crime financeiro, da corrupção pública e do crime organizado, que, devido à sua complexidade,

implicam o dispêndio de muitos recursos financeiros. Esta orientação alterou-se nos anos 90 do século XX, em parte porque a cidade prosperava, o que significou um aumento do orçamento reservado ao Procurador Distrital, em parte porque a taxa de crimes violentos caiu drasticamente, o que libertou recursos financeiros para outros objectivos, mas principalmente porque o Gabinete do Procurador Distrital de Manhattan passou a contar com um novo instrumento jurídico – a perda do produto do crime a favor do Estado (*asset forfeiture*) - que, na realidade, constitui uma punição e um imposto aplicados aos criminosos. A perda do produto do crime a favor do Estado confere aos procuradores o poder de arrestar os bens do arguido quando for apresentada uma acusação, e apreendê-los após a condenação. Depois da compensação devida às vítimas, os procuradores podem reter uma percentagem daquilo que confiscaram para financiar mais investigações e acusações.

A perda de bens a favor do Estado (*asset forfeiture*) permitiu aos procuradores americanos auto-financiarem, de forma considerável, estudos de grande complexidade e especialização. No ano passado, por exemplo, o Departamento do Procurador Distrital de Manhattan acusou dois dos maiores bancos europeus, o Lloyds Bank e o Credit Suisse, por falsificarem registos de negócios de modo a ajudarem o Irão a evitar as sanções dos EUA. Estes processos renderam um montante líquido de 500 milhões de dólares. Ao Departamento do Procurador Distrital couberam 50 milhões de dólares, aproximadamente o equivalente ao orçamento anual do Departamento. O restante foi dividido entre a Cidade de Nova Iorque e o Estado de Nova Iorque. *Slide 3*: o cheque do Departamento do Procurador Distrital, pagável à cidade de Nova Iorque.

Mas mesmo em épocas de maior prosperidade, e até com o auto-financiamento disponível mediante a perda de bens a favor do Estado, e até num país rico como os EUA, haverá sempre mais crime do que investigadores, procuradores e juízes, o que nos leva ao terceiro obstáculo: as normas de processo penal intrincadas, que de forma pouco razoável atrasam a disposição dos casos.

Os governos e os profissionais da justiça penal têm a responsabilidade, perante o público, de assegurar que as normas de processo penal sejam simultaneamente justas e eficazes. De facto, não me parece que possa haver justiça sem eficácia. Por justiça, entenda-se justiça para com as vítimas do crime e para com os cidadãos, bem como para os que são acusados de terem cometido um crime. Se os métodos para atingir essa justiça consomem recursos desproporcionados na consecução do seu objectivo, isso significa que menos casos serão investigados e acusados, o que não é justo para as vítimas do crime e para os cidadãos. Se são necessários anos para que os casos resultem em acusações e julgamentos, os únicos beneficiados com isso são os arguidos que acabam por ser condenados, que podem assim adiar o dia do ajuste de contas e poderão nunca ser punidos quer porque as testemunhas já não estejam disponíveis, quer porque a passagem do tempo lhes prejudicou a memória sobre determinados factos.

Os advogados de defesa costumam reagir com dureza quando os procuradores pretendem simplificar as normas do processo penal, mas outra das coisas que aprendi ao trabalhar em diferentes sistemas é que as noções de justiça são constantemente actualizadas, e que há diferentes modos de se alcançar a justiça.

Deixem-me que vos dê um exemplo. Sei que todos os presentes nesta sala concordarão que é importante haver um processo de acusação justo, uma vez que são tão graves as consequências da acusação. O Reino Unido, os EUA e a Guiana são países onde prevalece o *common law*, mas cada qual tem um sistema de acusação diferente. O da Guiné é o menos justo, por ser o mais obstrutivo. Remonta ao período colonial, quando a Inglaterra era a potência administradora. Requer que haja uma audiência preliminar perante um magistrado, na qual é pedido ao procurador que reúna todas as testemunhas que terão de depor em julgamento. O advogado de defesa tem o direito de as contra-interrogar. Após ouvir as testemunhas, o magistrado decide se deverá remeter o caso ao Director de Acção Penal Pública, que revê a transcrição de provas e decide se deverá proceder-se a uma acusação. Caso não tenha sido dado como provado um elemento do crime, reabre-se a audiência para que sejam ouvidos mais testemunhos. Durante o julgamento, as testemunhas têm novamente de prestar declarações. Este sistema é um dos exemplos de que levar um caso a julgamento pode demorar pelo menos sete anos, e também ajuda a explicar a baixa taxa de condenações na Guiné – apenas 30% para homicídio, violação e roubo, em contraste com os mais de 90% em Manhattan para este tipo de crimes.

Por outro lado, a Inglaterra substituiu as audições preliminares por um sistema muito mais simples denominado remessa (*sending*). Quando um arguido é acusado de um crime grave, o caso é directamente enviado para o tribunal onde será julgado, ficando o Ministério Público com 45 dias para preparar aquilo a que se chama um “cabaz” de julgamento (*trial bundle*), que consiste da acusação, apoiada pelos depoimentos escritos das testemunhas. A defesa, após ter lido o “cabaz” de julgamento, pode apresentar um requerimento para recusar a acusação, e o Ministério Público tem o direito quer de rectificar a acusação, quer de obter outros depoimentos de testemunhas. As testemunhas apenas depõem quando o caso se encontra a ser julgado.

No sistema federal dos EUA, um agente do FBI resume as provas para um Grande Júri, que profere uma acusação fundamentada no testemunho de “ouvir dizer” (*hearsay evidence*).

Quando dirigi a avaliação externa (*review*) do *Serious Fraud Office*, entrevistei o *Chief Justice* do Tribunal de Recurso (Court of Appeal) de Inglaterra e País de Gales, *Sir Igor Judge*. Um dos assuntos que debatemos foi o sistema inglês de divulgação, o procedimento mediante o qual o procurador notifica a defesa de qualquer informação que tenda a ilibar o arguido. Comparado com o dos EUA, o sistema inglês é burocrático e dispendioso. A conclusão do Lord Chief Justice foi a seguinte: não é necessário um Rolls Royce para se ir de Londres a Birmingham; a mesma viagem pode ser feita em segurança num Renault Clio, desde que se tenha um bom motorista.

O que nos traz de volta às pessoas. Quando dirigi a avaliação externa do *Serious Fraud Office*, descobri que este se debatia com questões de capital humano. Casos de especial complexidade necessitam de investigadores experientes e bem treinados, e de advogados de grande integridade. Todos sabemos que os advogados do sector público não são tão bem remunerados como os do sector privado. Para atrair os melhores profissionais, os departamentos de acção penal devem oferecer mais do que dinheiro. Nos EUA, esse “mais” é a grande discricionariedade (*discretion*) de que gozam os procuradores; o facto de saberem que a sua única função consiste em fazer, em cada caso, aquilo que é correcto fazer-se; e o respeito e reconhecimento que os procuradores recebem dos cidadãos quando cumprem correctamente a sua função.

Mas este “mais” não existirá se a sociedade não respeitar e apoiar o princípio da independência do titular da acção penal (*independence of prosecution*). Essa independência não é apenas o alicerce de um sistema de acção penal eficaz; é também o alicerce do Estado de direito, que por sua vez é a principal fonte de justiça numa sociedade. *Slide 4: Independência da Acção Penal.*

Por ser tão importante a independência da acção penal, ocuparei o resto do tempo que me é destinado esta manhã a debater este assunto.

A independência do titular acção penal é simultaneamente difícil de estabelecer e de manter. Fica gravemente ameaçada quando a sociedade civil é fraca, as instituições de justiça são frágeis, quando os países atravessam ou saem de crises de segurança, quando existe o domínio de um único partido político, quando um país é pobre, o desemprego alastra, a emigração é alta, quando é suprimida a comunicação social livre ou quando os procuradores atingem a camada cimeira do crime económico ou organizado, e verificam que existe uma conexão a membros da elite política.

É indiscutível que os procuradores nos Estados Unidos, quando comparados com os de qualquer outro país do mundo, são os que têm mais poder, influência, respeito e independência. Mas mesmo nos Estados Unidos a sua independência não pode ser dada como certa. Durante a administração Bush, houve tentativas sistemáticas para minar a independência do Departamento de Justiça. A actuação da administração Bush – e as resistências que encontrou – constitui um capítulo importante na história dos EUA. Este capítulo não é tão conhecido como deveria – tanto dentro como fora dos EUA -, e no entanto é uma história importante, passível de ser contada e recontada.

Todas as democracias têm as suas formas de proteger os procuradores da pressão política. Para quem está familiarizado com o modelo português, o sistema americano poderá parecer peculiar. Resulta da Constituição dos EUA, ratificada em 1789. *Slide 5: a Constituição Americana.* E da Declaração dos Direitos, que consiste nas dez primeiras alterações à Constituição, ratificada em 1791. *Slide 6: A Declaração dos Direitos.*

A Constituição dos EUA é a mais antiga constituição escrita hoje em vigor e, com apenas 7000 palavras, uma das mais curtas. A melhor forma de a compreender é concebê-la como um conjunto de convicções e princípios que naquela época eram considerados altamente radicais, mas que hoje estão de tal forma enraizados nas instituições e no carácter nacional dos EUA que os seus cidadãos, muitas vezes sem disso se aperceberem, agem segundo estas convicções e princípios.

A principal convicção é a de que qualquer pessoa investida de poder se encontra apta a abusar dele, o que significa que uma democracia tem sempre o potencial para degenerar em autoritarismo. Para impedir isto, a Constituição utilizou o princípio da separação de poderes, freios e contrapesos (*checks and balances*), que o filósofo político francês Montesquieu desenvolveu em meados do século XVIII.

Nos EUA, existem três poderes do Estado: uma legislatura bicameral que consiste do Senado e da Câmara dos Representantes (juntas formam o Congresso), o poder executivo, chefiado pelo Presidente, e o poder judicial, dirigido pelo Supremo Tribunal. Cada um deles tem poderes separados mas sobrepostos, de modo que um poder verifica o outro para impedir abuso de poder.

A Constituição delega no Presidente o poder de “zelar para que as Leis sejam fielmente executadas.” *Slide 7*: Artigo 2º da Constituição. Consequentemente, os procuradores federais são agentes do poder executivo de governo. Há aqui uma grande diferença relativamente ao modelo europeu principal, em que os procuradores são agentes de uma magistratura autónoma, o que vos levantará a questão: “Como é possível salvaguardar a independência dos procuradores federais, se estes são agentes nomeados pelo executivo?”

A resposta reside, em parte, no processo de nomeação a que me referi anteriormente. Para impedir o Presidente de acumular o Departamento de Justiça com políticos pouco qualificados da sua confiança, prontos a ceder às suas ordens, a Constituição confere ao Presidente e ao Congresso a responsabilidade partilhada na nomeação do Ministro da Justiça, dos seus funcionários executivos e dos Procuradores dos EUA. Nos termos da chamada cláusula de “conselho e consentimento” da Constituição, o Senado deve confirmar as nomeações do Presidente. Embora o Senado tenha tendência a aceitar a opinião do Presidente, daí não resulta que a aprovação das opiniões do Presidente seja um dado adquirido. Existe um subcomité permanente denominado Comité Judicial do Senado, composto por 19 senadores de ambos os partidos políticos e assessorado por juristas. O Comité Judicial do Senado, que é uma instituição extremamente poderosa, impõe audições relativamente às qualificações dos candidatos propostos pelo Presidente e a matérias relacionadas. O Comité pode obrigar as testemunhas a depor sob juramento, concede imunidade penal e também recomenda o exercício da acção penal em casos de desobediência, perjúrio ou outros crimes. Explicarei mais adiante o papel desempenhado pelo Comité Judicial ao bloquear os esforços da administração Bush na sua tentativa de minar a independência da acção penal.

Outro princípio constitucional importante é o de que os Estados Unidos são um governo de leis, não de homens. Quando os procuradores federais são nomeados, tomam posse sob juramento, nos termos do qual se comprometem a “apoiar e defender” e a “prestar fidelidade e obediência” à Constituição. Isso significa, ainda que os procuradores sejam parte do executivo e nomeados pelo Presidente, que o seu primeiro dever é para com a lei, e não para com o Presidente.

O terceiro princípio constitucional importante é o de que a finalidade do governo é servir o povo, e não vice-versa. O governo dos EUA tem um quadro de funcionários públicos (civil service), mas os procuradores não são parte dele. Ao invés, são agentes públicos (civil servants), que significa literalmente aquilo que quer dizer – o seu dever é o de servir os cidadãos. O serviço público constitui uma forte vocação nos EUA, e é uma das razões que levam os juristas bons e íntegros a tornarem-se procuradores federais. Homens e mulheres íntegros pretendem fazer aquilo que é correcto fazer-se, e a cultura institucional da acção penal federal incentiva-os a fazerem-no. A partir do dia em que assumem os cargos, guardam em mente que, segundo as palavras do Supremo Tribunal dos EUA,

*“O Procurador dos Estados Unidos é o representante não de uma das partes numa controvérsia, mas de uma autoridade suprema cuja obrigação em governar imparcialmente é tão forçosa quanto a sua obrigação de governar.” Slide 8: EUA v Berger.*

Um quarto princípio constitucional importante é o de que um governo só poderá servir o seu povo se assegurar as suas liberdades. Assim, o preâmbulo à Constituição declara,

*“Nós o Povo dos EUA, de modo a formarmos uma União mais perfeita, aplicar a Justiça, assegurar a Tranquilidade interna, proporcionar uma defesa comum, promover a Prosperidade, e assegurarmos a nós próprios e aos nossos Vindouros a Bênção da Liberdade, ordenamos e estabelecemos a Constituição dos Estados Unidos da América.” Slide 9: O Preâmbulo.*

Os americanos levam muito a sério as “Bênçãos da Liberdade”, sobretudo a liberdade de consciência, que está salvaguardada na Primeira Alteração.

*“O Congresso não fará nenhuma lei relativa ao estabelecimento de uma religião, ou proibindo o seu livre exercício; ou diminuindo a liberdade de expressão, ou da imprensa; ou sobre o direito de as pessoas se reunirem pacificamente, e de pedirem ao Governo que sejam feitas reparações por ofensas.” Slide 10: A Primeira Alteração.*

Esta proibição absoluta de interferência governamental na liberdade de consciência resultou numa excepcional liberdade para a comunicação social, que nos EUA actua como um Quarto Poder de governo. A comunicação social teve um papel fundamental em denunciar o ataque da Casa Branca contra a independência do titular da acção penal, e forçando o Congresso a entrar em acção.

Quando George W. Bush iniciou o seu primeiro mandato, em Janeiro de 2000, escolheu compreensivelmente para seu Ministro da Justiça uma pessoa cuja ideologia política era semelhante à sua. John Ashcroft, que chefiou o Departamento de Justiça de 2001 a 2004, era um Republicano conservador originário de um estado do sul, o Missouri, onde desempenhara os cargos de Ministro da Justiça do Estado do Missouri, Governador e Senador dos EUA. Tal como o Presidente, era um cristão evangélico que se opunha ao aborto e defendia a pena de morte. E também prezava muito a sua independência e ideias próprias. *Slide 11: John Ashcroft.*

O primeiro mandato de George Bush começou de forma atribulada. As eleições de 2000 foram de tal forma disputadas que, pela primeira vez na história dos EUA, foi o Supremo Tribunal que decidiu quem seria o presidente. Muitos dos cidadãos que votaram no Partido Democrata expressaram o seu descontentamento e as suas críticas pela decisão do Supremo Tribunal. Se o 11 de Setembro não tivesse acontecido, a eleição de George Bush para um segundo mandato não estaria de modo algum garantida. Mas os ataques terroristas em solo americano criaram uma oportunidade para o Presidente consolidar o seu poder. Nos termos da Constituição, o Presidente é o comandante-chefe das Forças Armadas. Bush utilizou esta função para chamar a si a autoridade de interpretar a constitucionalidade de leis emanadas pelo Congresso e de ignorar leis aprovadas por este, se assim entendesse fazê-lo. Por outras palavras, chamou a si poderes que a Constituição confere ao Supremo Tribunal e ao Congresso. Uma das instituições que bloqueou as suas teorias extremistas sobre o poder executivo foi o Departamento de Justiça, liderado por John Ashcroft.

Quando Ashcroft se demitiu no final do primeiro mandato de Bush, o Presidente substituiu-o por alguém mais influenciável – o seu assessor jurídico (*counsel*), Alberto Gonzalez. (Um assessor jurídico – *counsel* - é o mais importante dos conselheiros jurídicos.) Gonzalez devia a sua carreira ao Presidente. Tinha sido assessor jurídico de Bush quando este era Governador do Texas, e Bush recompensara a sua lealdade nomeando-o para o Supremo Tribunal do Texas. Quando Bush foi para Washington, Gonzalez foi com ele. *Slide 12: Alberto Gonzalez, o homem do Presidente.*

O Departamento de Justiça tem 39 subdivisões, mas para aquilo que aqui nos interessa apenas quatro são relevantes. *Slide 13: organograma do Departamento de Justiça.*

O Vice-Ministro da Justiça: é o segundo na hierarquia de comando, e ascende a Ministro da Justiça Interino caso o Ministro da Justiça esteja incapacitado.

O Gabinete de Política Legislativa (*The Office of Legal Policy*): emite pareceres oficiais à Casa Branca relativamente à legalidade de acções executivas. Os seus pareceres devem ser equilibrados, imparciais, independentes e fundamentados em princípios, e produto de um processo cuidadoso e ponderado que inclui uma rigorosa análise das opiniões de todos os membros que compõem o gabinete. É muito raro que os pareceres emitidos por este Gabinete não sejam acatados.

Quando esta história tem início, o Gabinete de Política Legislativa era liderado por Jay Bybee, um professor catedrático de direito de tendência conservadora, que tinha trabalhado para o governo de George Bush (pai), mas o verdadeiro poder estava nas mãos do subordinado de Bybee, um membro intermédio do quadro de funcionários chamado John Yoo. *Slide 13: Yoo e Bybee*. Muito embora Yoo tivesse de responder perante Bybee, e igualmente perante o Vice-Ministro da Justiça e o Ministro da Justiça, passou por cima dos seus superiores e trabalhou directamente com a Casa Branca. Foi John Yoo quem, em 2002, elaborou as justificações jurídicas utilizadas pela Casa Branca para legitimar a tortura.

Uma vez que as acções de John Yoo estão no centro desta história, é natural que nos perguntemos que espécie de homem e de jurista era ele. Era filho de imigrantes – os seus pais tinham nascido na Coreia do Sul -, mas esta descrição aplica-se a dezenas de milhões de americanos. Tinha um currículo académico notável – licenciou-se com as melhores classificações do seu curso em duas das melhores universidades dos EUA – Harvard e Yale – e após ter saído da faculdade de direito foi trabalhar como funcionário do Supremo Tribunal dos EUA.

Não conheço John Yoo pessoalmente e por isso não posso tirar conclusões sólidas, mas, após ter lido alguns dos seus escritos, ocorreu-me que Yoo era muito mais um polemista do que um advogado. Não se pode ser um polemista se não se acreditar na bondade das suas próprias convicções, o que assim sendo significa a perda de duas das mais importantes qualidades que um procurador deve ter – um sentido de humildade que modere o exercício do vasto poder de que dispõe, e uma capacidade de compreensão que lhe permita ver todos os aspectos de uma questão. Estas qualidades são essenciais à imparcialidade, e os procuradores não podem ser independentes se não forem imparciais.

Departamento de Informações e Análise (*Office of Intelligence Policy and Review*): este gabinete examina todos os pedidos do Departamento de Justiça relativamente às autorizações legais para vigilância electrónica, nos termos da Lei de Vigilância da Inteligência Estrangeira - *Foreign Intelligence Surveillance Act (FISA)*. O Congresso aprovou esta lei em 1978 para corrigir abusos cometidos pelo FBI e pelos serviços de inteligência durante a presidência de Richard Nixon (1969-1974), o qual, em nome da segurança nacional, autorizara escutas telefónicas ilegais a líderes dos Direitos Civis, aos opositores à guerra do Vietname e a adversários políticos.

A FISA criou um tribunal especial que proporcionasse uma análise jurídica independente às autorizações (*warrants*) para escutas telefónicas. (*Warrant* é uma autorização conferida à polícia para proceder a uma escuta telefónica). Os juízes especialistas que o compõem são nomeados de forma rotativa pelo Presidente (*Chief Justice*) do Supremo Tribunal dos EUA. Proceder-se a uma escuta telefónica sem autorização legal é um crime sancionado com pena de prisão até cinco anos.

O Departamento Federal de Investigação (FBI - *The Federal Bureau of Investigation*). Este é o braço investigatório do Departamento de Justiça, cujas responsabilidades incluem a preparação

de declarações de factos que sustentem os pedidos de autorização legal nos termos da FISA. Desde 2001 que o seu Director é Robert Mueller III, um jurista com uma pós-graduação em relações internacionais que combateu na guerra do Vietname como fuzileiro, sendo condecorado por cinco vezes. Antes de ascender ao cargo de director, fora Procurador dos EUA e sócio de uma grande empresa de advocacia. As audições levadas a cabo pelo Senado, relativamente ao preenchimento dos cargos mais elevados para o Departamento de Justiça, podem tornar-se questões litigiosas. A votação para Ashcroft, por exemplo, dividiu as linhas partidárias. No caso de Mueller, a votação do Senado foi unânime. *Slide 17: Robert Mueller, confirmado por unanimidade pelo Senado.*

Os Procuradores dos EUA: porque os EUA são um país vasto e diversificado, com uma longa tradição de governo local, os 93 Procuradores dos EUA têm um amplo poder discricionário relativamente à execução de políticas e prioridades definidas pelo Departamento de Justiça, bem como relativamente às decisões sobre os casos a investigar e a quem acusar. As normas do Departamento de Justiça exigem que as decisões sobre os casos entregues aos Procuradores dos EUA sejam tomadas de forma imparcial, sem referência a considerações impróprias sobre raça, sexo, religião, relações sociais, políticas ou empresariais, ou ao possível impacto de uma decisão nas circunstâncias profissionais ou pessoais de um procurador.

Era frequente, após o 11 de Setembro, ler e ouvir nos órgãos de comunicação social que os ataques terroristas tinham mudado a América para sempre. Discordo desta análise. Aquilo que o 11 de Setembro veio provar foi a presciência e a sabedoria dos “*Founding Fathers*” da América – os homens que escreveram a Constituição.

Um dos muitos livros escritos acerca do abuso de poder durante a administração Bush intitula-se *A Presidência Imperial*. Um título mais adequado talvez fosse *A Vice-Presidência Imperial*. A Constituição confere ao Vice-Presidente um papel muito limitado, e a sua acção depende do homem em causa e do Presidente. Dick Cheney, o Vice-Presidente de Bush, exerceu um poder excepcional. Nas palavras de John Ashcroft, “Quando Cheney falava toda a gente ouvia... Obrigava todos a pensarem cuidadosamente sobre tudo aquilo que ele mencionava.” O homem de confiança de Cheney era o seu igualmente intimidador assessor jurídico, David Addington. Segundo John Yoo, foi Addington quem primeiro defendeu que o Presidente poderia utilizar o seu poder constitucional enquanto comandante-chefe das Forças Armadas para autorizar a tortura, mesmo que essa decisão violasse a lei dos EUA e a Convenção de Genebra. *Slide 17: Cheney e Addington.*

Após o 11 de Setembro, Dick Cheney, secundado por Addington, assumiu o controlo das decisões relativas à segurança nacional. Criaram um “Conselho de Guerra”: tratava-se de um pequeno e consensual grupo de juristas do executivo (*government lawyers*) que emitia opinião acerca da legalidade das acções executivas. Incluía o assessor jurídico do Presidente, Alberto Gonzalez, e John Yoo, mas não o Ministro da Justiça (*Attorney General*).

Em 2002, o Conselho de Guerra de Cheney adoptou um programa ultra-secreto – posteriormente intitulado Programa de Vigilância do Presidente – que autorizava, sem ordem judicial, a vigilância electrónica de comunicações entre pessoas que viviam nos EUA e cidadãos estrangeiros sobre os quais recaíam suspeitas de terrorismo. Foi exactamente esta a doença que o Congresso tentara curar quando aprovou a FISA. Continuo espantada sobre o que levou a administração Bush a ignorar a FISA, cujos mecanismos são flexíveis, ou por que razão, se as circunstâncias demonstravam que era necessária uma maior flexibilidade, a Casa Branca não pediu ao Congresso para introduzir uma alteração à lei, uma vez que o Congresso se dispunha então com frequência a proporcionar ao Presidente os instrumentos jurídicos requeridos para proteger o país de um novo ataque terrorista.

John Yoo preparou para o Conselho de Guerra da Casa Branca um parecer do Departamento de Justiça que “legalizou” este programa ilegal. Conseguiu evitar que o seu parecer fosse rigorosamente analisado pelos outros membros do Departamento, porque era a única pessoa no Gabinete de Aconselhamento Jurídico (*Office of Legal Counsel*) a quem fora dada autorização oficial para o programa. Quando Ashcroft procurou obter credenciações de segurança (*security clearances*) para o seu Vice-Ministro da Justiça e para o seu Chefe de Gabinete, elas foram-lhe negadas pela Casa Branca. Ashcroft afirmou posteriormente que a Casa Branca tinha fechado de tal modo o círculo que lhe foi impossível obter as informações de que necessitava.

Perguntei certa vez ao chefe de um departamento (*station chief*) da CIA: “O que mudou entre a Guerra do Golfo e a Guerra do Iraque, que justificasse a decisão de depor Saddam Hussein? Ele respondeu-me: “Nada mudou no terreno. As pessoas que tomam as decisões é que mudaram.”

Em Janeiro de 2004, Ashcroft passou a contar com um novo Vice-Ministro da Justiça. Chamava-se James Comey e era um procurador de carreira que anteriormente tinha sido Procurador dos EUA para o Distrito Sul de Nova Iorque. Comey era tido em grande consideração pelos profissionais do Departamento de Justiça. Um jovem procurador que conheci e que trabalhara para Comey em Nova Iorque, descreveu-mo como tendo *Arete*, palavra grega que significa uma pessoa que tem as qualidades da virtude, da bondade e da perfeição. Ashcroft encontrou em Comey um sólido homem de confiança. *Slide 18: James B Comey.*

No Gabinete de Aconselhamento Jurídico (*Office of Legal Counsel*) também havia caras novas. A Casa Branca quis que Yoo ocupasse o lugar de Bybee, mas Ashcroft recusou. Ao invés, Bybee foi substituído por Jack Goldsmith, um professor catedrático da faculdade de direito da Universidade de Chicago, e quando Yoo renunciou ao cargo foi substituído por um jurista menos experiente/junior lawyer do Gabinete de Aconselhamento Jurídico, Patrick Philbin.

Embora Goldsmith fosse amigo de Yoo, com um currículo quase idêntico, era feito de outra massa. *Slide 19: Jack Goldsmith.*

No seu primeiro dia de trabalho, Goldsmith teve de começar pela parte mais difícil. A Casa Branca queria saber se a Quarta Convenção de Genebra abrangia insurgentes e terroristas, bem

como civis no Iraque. Goldsmith concluiu que sim. Quando ele e Philbin se dirigiam à Casa Branca para comunicarem ao Conselho de Guerra a análise que tinham preparado, Philbin avisou-o: “*Eles vão ficar realmente zangados. Não vão compreender a nossa decisão. Nunca ninguém lhes disse não.*” Slide 20: Philbin.

Com Comey e Goldsmith *in situ*, as coisas começaram a mudar. A Casa Branca concordou enfim que poderiam obter credenciações de segurança para o Programa de Vigilância do Presidente. Quando analisaram o parecer jurídico de Yoo, verificaram que este cometera erros de facto e erros jurídicos, graves e de base. Por exemplo, ignorara a principal decisão do Supremo Tribunal sobre a dimensão dos poderes do Presidente em tempo de guerra.

Durante a Guerra da Coreia, no início da década de 50 do século XX, uma greve nacional dos trabalhadores da indústria do aço ameaçara paralisar essa indústria. Confiando no seu poder enquanto comandante-chefe das Forças Armadas, o Presidente Truman emitiu uma ordem executiva para nacionalizar a indústria do aço. O Supremo Tribunal declarou a nulidade da ordem porque violava o princípio da separação de poderes. O Presidente Truman só poderia nacionalizar a propriedade privada se o Congresso tivesse aprovado uma lei autorizando-o a tal, o que não sucedera.

Um dos juízes do Supremo Tribunal que examinou este caso foi Robert Jackson, um jurista de estatuto quase mítico que desempenhara o cargo de Ministro da Justiça durante a Segunda Guerra Mundial, tornando-se o primeiro procurador dos EUA durante os julgamentos dos crimes de guerra dos líderes nazis, em Nuremberga. O juiz Jackson escreveu o seguinte:

*Que os amplos e indefinidos poderes presidenciais contêm simultaneamente vantagens práticas e graves perigos para o país, não é surpresa para ninguém que tenha trabalhado como conselheiro jurídico para um Presidente em momentos de transição e ansiedade pública... As opiniões dos juízes, não menos que as de comentadores (executives and publicists), pecam frequentemente por confundirem a validade de um poder com a causa que invocam promover, de confundirem o cargo executivo permanente com o seu ocupante temporário. Há uma forte tendência para enfatizar resultados transitórios nas políticas – tais como os salários ou a estabilização –, perdendo-se de vista as consequências duradouras na equilibrada estrutura de poder da nossa República. Slide 21. Youngstown Sheet and Tube Co. v Sawyer, 343 U. S. 579 (1952)*

A 4 de Março de 2004, Comey encontrou-se com o Ministro da Justiça para lhe explicar as preocupações que ele e Goldsmith tinham relativamente à legalidade do Programa de Vigilância do Presidente. Ashcroft concordou que o Departamento de Justiça não podia continuar a autorizar o programa nos moldes de então. Nessa tarde, o Ministro da Justiça foi internado de urgência no hospital com um ataque de pancreatite aguda que colocava em risco a sua vida. Cabia a Comey, enquanto Ministro da Justiça Interino, informar a Casa Branca da decisão do Departamento de Justiça. Durante a semana que se seguiu, houve inúmeras

reuniões com o Conselho de Guerra, incluindo um encontro com Cheney para resolver as divergências entre ambos no dia em que se deram os atentados nos comboios de Madrid, tendo então sido dito a Comey que as suas acções poderiam levar à morte de dezenas de milhares de pessoas inocentes. Comely diria mais tarde que a pressão era tão intensa que sentiu estar a ser espremido como um bago de uva.

Quando Comey recusou ceder, o Presidente Bush decidiu simplesmente prescindir da sua opinião e ligou para a unidade de cuidados intensivos onde o Ministro da Justiça recuperava da cirurgia. A mulher do Ministro da Justiça disse ao Presidente que o seu marido estava demasiado doente para falar. O Presidente retorquiu que era um assunto urgente de segurança nacional, e que ia enviar o seu assessor jurídico, Alberto Gonzalez, e o seu chefe de gabinete, Andrew Card, para falarem com Ashcroft. A Sra. Ashcroft telefonou ao chefe de gabinete do Ministro da Justiça, que por sua vez telefonou a Comey. Comey, Goldsmith e Philbin dirigiram-se para o hospital. Chegaram mesmo a tempo de informar o Ministro da Justiça. Goldsmith faria depois o seguinte relato da reacção do Ministro da Justiça quando Gonzalez lhe entregou documentos para assinar:

*“Subitamente o seu rosto recobrou energia e cor, disse que não gostava nada que o estivessem a visitar naquelas circunstâncias, que estava preocupado com o assunto que os fazia colocar todas aquelas questões e que, de qualquer modo, não era ele o Ministro da Justiça nesse momento, mas sim Jim Comey. Falou cerca de dois minutos, e eu tinha a certeza que ele morreria quando acabasse de falar. Foi o episódio mais extraordinário que testemunhei até hoje...A Sra. Ashcroft, que estava incrédula com o que via fazerem ao seu marido doente, olhou para Gonzalez e para Card quando estes saíam do quarto e deitou-lhes a língua de fora. Ela não fazia ideia daquilo que estávamos a discutir, mas ver esta senhora de feições doces a deitar a língua de fora constituiu a mais forte expressão de desaprovação. Capturou perfeitamente o sentimento que se vivia no quarto.” Slide 22: Relato de Goldsmith sobre o confronto no hospital.*

O diário de Mueller, Director do FBI, para esse dia apresenta as três entradas seguintes: Slides 23 e 24: diário de Mueller.

**Wednesday, 3/10/04:**

**@1920:** Called by DAG while at restaurant with wife and daughter. He is at AG's hospital with Goldsmith and Philbin. Tells me Card and J. Gonzales are on the way to hospital to see the AG, but that AG is in no condition to see them, much less make decision to authorize continuation of the program. Asks me to come to AG's hospital to witness condition of AG.

**@1940:** At hospital. Card and J. Gonzales have come and gone. Comey tells me that they saw the AG and were told by the AG that he was in no condition to decide issues, and that Comey was the Acting AG. All matters were to be taken to him, but that he supported the Acting AG's position. The AG then reviewed for them the legal concerns relating to the program. The AG also told them that he was barred from obtaining the advice he needed on the program by the strict compartmentalization rules of the WH. Comey asked me to meet briefly with the AG to see his condition. He also asked that I inform the detail that no visitors, other than family, were to be allowed to see the AG without my consent. (I so informed the detail.)

H:\RSM\_Docs\Miscellaneous\Program.wpd  
March 12, 2004 (4:08PM)

1

**@2010:** Saw AG. Janet Ashcroft in the room. AG in chair, is feeble, barely articulate, clearly stressed.

**Quarta-feira, 10/03/04**

**19h20:** VMJ telefonou-me quando eu estava no restaurante com a minha mulher e filha. Está no hospital com o MJ, Goldsmith e Philbin. Diz-me que Card e Gonzalez estão a caminho do hospital para ver o MJ, mas que o MJ não está em condições de os receber, e muito menos de tomar uma decisão que autorize a continuação do programa. Pede-me para ir até ao hospital para eu próprio testemunhar as condições em que se encontra o MJ.

**19h40:** No hospital. Card e J. Gonzalez chegaram e foram-se embora. Comey diz-me que viram o MJ e que o próprio lhes disse não estar em condições de decidir sobre quaisquer assuntos, tendo-lhes ainda afirmado que Comey era o MJ Interino, pelo que todos os assuntos deveriam ser por ele tratados, e que apoiava a posição do MJ Interino. O MJ referiu-lhes seguidamente quais as preocupações jurídicas relativamente ao programa, dizendo-lhes também que tinha sido impedido de obter as informações de que necessitava acerca do programa, devido às rígidas normas de compartimentação da Casa Branca. Comey pediu-me para eu ver o MJ por um instante, para constatar as condições em que ele se encontrava. Também me pediu para garantir que, sem o meu consentimento, nenhuma visita, com excepção da família, pudesse ver o MJ. (Eu garanti-lhe que assim seria.)

**20h10:** Vi o MJ. A Sra. Janet Ashcroft no quarto. O MJ sentado na cadeira, fraco, mal consegue falar, claramente muito nervoso.

Aquilo que mais me impressionou no diário de Mueller foram as duas últimas frases da segunda entrada. Se o próprio Presidente tivesse ido ao hospital, o FBI tê-lo-ia impedido de falar com Ashcroft.

No dia seguinte, Gonzalez informou o Departamento de Justiça que a Casa Branca pretendia continuar com o programa, sem autorização do Departamento de Justiça. Comey, Goldsmith e Mueller prepararam as cartas de demissão.

Comey escreveu:

*“Durante as duas últimas semanas...pediram que eu próprio e o Departamento de Justiça aprovássemos um procedimento que está inteiramente errado. Nestes últimos dias lutámos para fazer aquilo que é correcto, e nunca estive mais orgulhoso do Departamento de Justiça ou do Ministro da Justiça. Por infelicidade, embora este seja um dos momentos mais dignificantes da instituição, não conseguimos corrigir esse erro... Por conseguinte, com um peso no coração mas um amor intacto pelo meu país e pelo meu Departamento, renuncio ao cargo de Vice-Ministro da Justiça dos Estados Unidos, decisão que tem efeito imediato.”* Slide 25: Carta de demissão de Comey.

Excerto do rascunho manuscrito de Mueller, Director do FBI:

*“[A]pós analisar os termos muito simples em que está redigida a lei FISA, e a ordem emitida ontem pelo Presidente... E não havendo, por parte do Ministro da Justiça, uma posterior clarificação acerca da legalidade do programa, sou forçado a retirar o FBI da participação do programa. Além disso, caso o Presidente ordene a continuação do FBI no programa, e não havendo nenhum conselho jurídico da parte do Ministro da Justiça, ver-me-ei obrigado a renunciar ao cargo de Director do FBI.”* Slide 26: Carta de demissão de Mueller.

As notas da carta de Goldsmith invocadas como motivos para a sua demissão: a “má qualidade” da análise jurídica do anterior Gabinete de Aconselhamento Jurídico; o carácter “ultra-secreto” do Programa de Vigilância do Presidente, e o “vergonhoso” incidente no hospital. Slide 27: Carta de demissão de Goldsmith.

Durante os dois dias seguintes, outros juristas conceituados do Departamento de Justiça prepararam-se para apresentar as suas demissões. O chefe de gabinete do Ministro da Justiça pediu a Comey para só se demitir quando Ashcroft melhorasse, porque tinha a certeza que este queria demitir-se juntamente com Comey. Segundo um outro relato, os Conselhos Gerais da CIA e da Agência de Segurança Nacional também planearam demitir-se.

Comey não tinha a certeza que o Presidente entendesse a gravidade da situação. Disse a um dos seus ex-colegas no Departamento de Justiça, que agora trabalhava para Condoleezza Rice, que precisava de falar directamente com o Presidente. Rice, que também fora afastada do

círculo pelo Vice-Presidente, disse ao Presidente: “Comey é uma pessoa razoável. É fundamental que o ouça, a ele e aos que lhe são próximos.” *Slide 28: Condoleezza Rice pede ao Presidente para falar com Comey.*

No dia seguinte, o Presidente falou realmente com Comey e, depois, com Mueller. Quando o Presidente disse a Comey: “Eu é que decido aquilo que é a lei para o poder executivo”, Comey respondeu: “É absolutamente verdade, Sr. Presidente. Mas eu é que decido aquilo que o Departamento de Justiça pode ou não certificar, e, apesar dos meus melhores esforços, nestas circunstâncias não o posso fazer.”

Nas notas que Mueller escreveu sobre a conversa que teve com o Presidente, refere que lhe tentou explicar que tinha uma “obrigação independente para com o FBI e o Departamento de Justiça no sentido de assegurar a legalidade das acções que tomamos a nosso cargo, e não basta uma ordem presidencial para que passemos a agir de modo contrário.” *Slide 27: O confronto entre o Presidente, Comey e Mueller.*

O presidente recuou, mas apenas temporariamente. Concordou em introduzir alterações ao programa sobre medidas que não estivessem em consonância com a nova análise jurídica do Departamento de Justiça. Mas quando Goldsmith, com o apoio de Philbin, insistiu em retirar os memorandos de Yoo sobre a tortura, David Addington disse a Philbin que impediria a sua promoção, e de facto isso veio a suceder. Goldsmith demitiu-se após nove meses no Departamento de Justiça. Ashcroft, Philbin e Comey também acabariam por abandonar o Departamento de Justiça.

Nos Estados Unidos, é difícil que o governo esconda segredos aos cidadãos porque existe uma longa e legitimadora tradição de pessoas que, trabalhando no interior das organizações e motivadas pela sua justa indignação, se encarregam de divulgar esses segredos. Thomas Tamm era um procurador de carreira no Departamento de Justiça, cujos pai e avô tinham sido agentes destacados do FBI. Em 2003-04, Tamm trabalhava no Departamento de Informações e Análise (*Office of Intelligence Policy and Review*). Uma das suas funções consistia em analisar pedidos do FBI para obtenção de autorizações (*warrants*) FISA destinadas à vigilância electrónica. Apercebeu-se de que alguma da informação que tinha apresentado ao tribunal da FISA fora desenvolvida por um programa ilegal, cujos detalhes ignorava. Isto queria dizer que estava a enganar um juiz – um dos mais graves crimes profissionais que um procurador pode cometer. Contactou um jornalista do *New York Times*. *Slide 29: Thomas Tamm*

Em Dezembro de 2005 o *New York Times* revelou a história, forçando o Presidente a divulgar a existência desse programa ilegal, e a trabalhar com o Congresso para alterar a lei FISA. A história receberia depois o *Pulitzer Prize*, o mais prestigioso galardão do jornalismo americano. *Slide 30: A história revelada pelo New York Times.*

Mas seria apenas em 2007, quando o Comité Judicial do Senado procedeu a audições relativamente aos esforços da Casa Branca para politizar o Departamento de Justiça, que a opinião pública se inteirou do confronto ocorrido no hospital. Uma das testemunhas chamadas

a depor foi James Comey. Quando o Senador Schumer, de Nova Iorque, lhe perguntou o que tinha sucedido, Comey respondeu:

“Na realidade, pensei muito ao longo dos últimos três anos sobre como responderia a essa questão se ela algum dia me fosse colocada, porque a dado momento tive a certeza de que teria de depor acerca dela.” *Slide 30: Comey quebra o silêncio.*

As audições do Comité Judicial do Senado tinham sido desencadeadas por outro escândalo ocorrido no Departamento de Justiça conhecido por “Purga dos Procuradores dos EUA.” Mais uma vez os órgãos de comunicação social desempenharam um papel fundamental ao forçarem o Congresso a entrar em acção quando, em Dezembro de 2007, jornais locais um pouco por todo o país começaram a noticiar que Alberto Gonzalez despedira sete conceituados Procuradores dos EUA.

Quando, em 2005, Alberto Gonzalez assumiu o cargo de Ministro da Justiça, rompeu com a longa tradição do Departamento em recrutar, manter e promover as melhores pessoas independentemente da sua orientação política. Favoreceu uma alteração à lei de modo a permitir que a Casa Branca nomeasse Procuradores interinos dos EUA com carácter indefinido, sem para isso obter o conselho e o consentimento do Senado. A lei (que o Senado anulou) passou despercebida e foi aprovada sem ser debatida, pois tinha sido dissimulada num pacote legislativo maior. Gonzalez iniciou um programa de limpeza para substituir os Procuradores dos EUA confirmados pelo Senado por Procuradores interinos dos EUA leais a Bush.

Alguns dos Procuradores despedidos tinham trabalhado em investigações muito delicadas sobre corrupção no sector público. Carol Lam, por exemplo, Procuradora dos EUA para o Distrito Sul da Califórnia, estava prestes a obter a acusação da terceira pessoa mais importante na hierarquia da CIA por, alegadamente, ter recebido compensações em troca de autorizações para contratos de construção. *Slide 31: Carol Lam.* Paul Charlton, Procurador dos EUA para o Arizona, foi despedido por insubordinação porque quis falar pessoalmente com o Ministro da Justiça sobre uma ordem duvidosa que impunha a pena de morte num caso que as provas fossem frágeis e o governo se tivesse recusado pagar as despesas de exumação do corpo da vítima do homicida, de modo a serem obtidas amostras de ADN que pudessem ilibar o arguido. *Slide 32.*

O Comité Judicial do Senado chamou o Ministro da Justiça a depor. Após o depoimento, o Senador Scheumer afirmou:

*“O depoimento que prestou foi de difícil compreensão, incrível num certo sentido – afirmar que não esteve envolvido em discussões e em deliberações, quando os seus três principais adjuntos disseram que esteve, e quando as provas documentais demonstraram isso mesmo. Cabe ao Sr. Gonzalez decidir manter-se no exercício das suas funções ou renunciar ao cargo. Mas é difícil constatar como pode o Departamento de Justiça funcionar e desempenhar os seus importantes deveres se o Sr. Gonzalez se mantiver*

*onde está...” Slide 33: O veredicto do Comité Judicial do senado sobre o depoimento de Gonzalez.*

Em Julho de 2007, Gonzalez e os seus três principais colaboradores tinham-se demitido. Utilizando os seus poderes de aconselhamento e consentimento, o Senado obrigou o Presidente a nomear um Ministro da Justiça credível, Michael Musaky, que já desempenhara os cargos de Procurador dos EUA e de Juiz Federal, e se opusera à administração Bush quando esta declarou que podia deter indefinidamente Jose Padilla, um cidadão americano suspeito de terrorismo, sem julgamento e sem acesso a um advogado, violando a 6ª Alteração à Constituição.

Ao contar-vos hoje esta história não queria que pensassem que esta foi a primeira vez que o Departamento de Justiça perdeu o seu equilíbrio. Nem será a última. Haverá sempre tentativas para subverter a independência da acção penal e, certamente, haverá sempre homens e mulheres dispostos a trabalhar para o repor.

Será natural que os participantes nesta conferência comparem os seus sistemas de acção penal com o americano e se perguntem: “Poderia eu ter feito o que Jack Goldsmith e James Comey fizeram? Teria o apoio das leis do meu país, dos meus superiores, dos órgãos de comunicação social, dos meus colegas de profissão, dos tribunais, dos partidos políticos da oposição, do meu parlamento? O que me sucederia se perdesse o meu emprego? O que sucederia à minha família? Poderia ser fisicamente molestada? E o mesmo, ou pior, não me poderia acontecer também? “

Não tenho respostas para essas perguntas. Sei que são necessárias gerações para se construir um sistema de acção penal sólido e eficaz, e que esta conferência é um passo importante nesse processo.